



ESPACIO, TIEMPO Y FORMA **27**

AÑO 2015
ISSN 1130-0124
E-ISSN 2340-1451

SERIE V HISTORIA CONTEMPORÁNEA
REVISTA DE LA FACULTAD DE GEOGRAFÍA E HISTORIA

CONSTRUINDO O ESTADO CORPORATIVO:
AS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL E ESPANHA
PAULA BORGES SANTOS (ED.)

UNED



ESPACIO, TIEMPO Y FORMA

AÑO 2015
ISSN 1130-0124
E-ISSN 2340-1451

27

SERIE V HISTORIA CONTEMPORÁNEA
REVISTA DE LA FACULTAD DE GEOGRAFÍA E HISTORIA

DOI: <http://dx.doi.org/10.5944/etfv.27.2015>

**CONSTRUIENDO O ESTADO CORPORATIVO:
AS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL E ESPANHA**
PAULA BORGES SANTO (ED.)



UNIVERSIDAD NACIONAL DE EDUCACIÓN A DISTANCIA

La revista *Espacio, Tiempo y Forma* (siglas recomendadas: ETF), de la Facultad de Geografía e Historia de la UNED, que inició su publicación el año 1988, está organizada de la siguiente forma:

- SERIE I — Prehistoria y Arqueología
- SERIE II — Historia Antigua
- SERIE III — Historia Medieval
- SERIE IV — Historia Moderna
- SERIE V — Historia Contemporánea
- SERIE VI — Geografía
- SERIE VII — Historia del Arte

Excepcionalmente, algunos volúmenes del año 1988 atienden a la siguiente numeración:

- N.º 1 — Historia Contemporánea
- N.º 2 — Historia del Arte
- N.º 3 — Geografía
- N.º 4 — Historia Moderna

ETF no se solidariza necesariamente con las opiniones expresadas por los autores.

Espacio, Tiempo y Forma, Serie V está registrada e indexada, entre otros, por los siguientes Repertorios Bibliográficos y Bases de Datos: dice, ISOC (CINDOC), RESH, IN-RECH, Dialnet, e-spacio, UNED, CIRC, MIAR, FRANCIS, PIO, ULRICH'S, SUDOC, 2DB, ERIH (ESF).

UNIVERSIDAD NACIONAL DE EDUCACIÓN A DISTANCIA
Madrid, 2015

SERIE V - HISTORIA CONTEMPORÁNEA N.º 27, 2015

ISSN 1130-0124 · E-ISSN 2340-1451

DEPÓSITO LEGAL M-21037-1988

URL: <http://e-spacio.uned.es/revistasuned/index.php/ETFV>

DISEÑO
Ángela Gómez Perea
<http://angelagomezperea.com>

COMPOSICIÓN
Carmen Chincoa Gallardo
<http://www.laurisilva.net/cch>

Impreso en España · Printed in Spain



Esta obra está bajo una licencia Creative Commons
Reconocimiento-NoComercial 4.0 Internacional.

CONSTRUINDO O ESTADO CORPORATIVO: AS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL E ESPANHA

Paula Borges Santos

DOI: <http://dx.doi.org/10.5944/etfv.27.2015.15725>

INTRODUÇÃO

Neste dossier reúnem-se artigos de algumas comunicações apresentadas ao Congresso Internacional *A Era do Corporativismo – Regime, Representações e Debates*, realizado entre 13 e 15 de Janeiro de 2015, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, promovido pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC-UNL), pelo Departamento de História Contemporânea, Facultad de Geografía e Historia da Universidad Nacional de Educación a Distancia (FGH-UNED), pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEISXX – UC), pelo Centro Studi sull’Europa Mediterranea da Università degli Studi della Tuscia (CSEM-UST), e pelo Departamento de História, Faculdade de Filosofia e de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul (FFCH-PUCRS).

A concretização dessa iniciativa relacionou-se com a retoma de estudos sobre aspetos do corporativismo de Entre Guerras em Portugal, nos últimos anos, depois de, a partir dos anos de 1980, o tema ter deixado de ocupar as agendas científicas de disciplinas como a história, a economia e a ciência política. Com efeito mais recentemente, surgiram contributos para a historiografia do corporativismo, mediante análise de conceitos, hermenêuticas e perspetivas de estudo. Foram identificados diversos fundos documentais associados à estrutura corporativa. Produziu-se ainda novo conhecimento sobre a organização corporativa; a institucionalização pelo Estado da ordem económica corporativa; a extensão e características da rede de organismos corporativos, dispersa por todo o território nacional. As primeiras sínteses sobre a experiência histórica do corporativismo português voltaram a ser debatidas, sendo revisitadas teses aí contidas quanto aos aspetos da transmissão, circulação e receção do ideário corporativo numa perspetiva transnacional.

O mérito do Congresso mencionado foi não só dar visibilidade a esse movimento recente de alguma investigação portuguesa, reunindo participação de investigadores de várias unidades científicas nacionais, como, sobretudo, o de

fomentar o diálogo com estudiosos de outras nacionalidades (Espanha, Itália, Polónia, Grécia, República Checa e Brasil). Assim se percebeu que, um pouco por toda a Europa mas também no Brasil, o estudo dos corporativismos históricos permanece encerrado no circuito fechado de cada área disciplinar. A esmagadora maioria das reflexões aborda casos nacionais, sendo raros os trabalhos que realizam uma reflexão comparativa sólida e profunda. Notou-se ainda que quem estuda o fenómeno corporativo se depara com alguma tensão existente em relação ao tema, que se ancora numa memória social e política que deprecia o corporativismo (seja como doutrina ou nas suas múltiplas configurações práticas) pela apropriação que dele fizeram regimes autoritários (as diferentes formas de fascismo e o nazismo). Este aspeto é merecedor de atenção tanto mais que, em alguns estudos, sobretudo em Portugal, se continua a promover uma estreita ligação entre o tratamento do tema do corporativismo e o “fascismo genérico”, investindo-se menos no estudo do percurso histórico do corporativismo, designadamente sobre contextos e fatores que estiveram na sua origem, com destaque para problemas estruturais de longo prazo. Noutros países, os estudos sobre corporativismo imbricam-se menos com a historiografia dos fascismos e os trabalhos publicados não se ocupam tanto de explicar a eclosão e consolidação das experiências corporativas (por exemplo, quanto aos processos de difusão das ideias e padrões de circulação e implementação de doutrinas e teorias corporativas, ou ainda quanto à organização do próprio Estado), à luz do problema da natureza dos respetivos regimes. Maior ênfase é dada às relações entre nacionalismo e corporativismo.

Do Congresso resultou ainda a identificação de novos problemas e eixos de investigação que merecem ser aprofundados nos estudos sobre o corporativismo, bem como um alargado consenso quanto à necessidade de se promover a divulgação das investigações realizadas em vários países, sobretudo fora do país de origem do investigador, e de se criar um fórum central para a realização de debates, capazes de fazer avançar o conhecimento, agregando sinergias e prevenindo desnecessárias repetições empíricas, e de construção de recursos que permitam o desenvolvimento de pesquisas comparativas. Nesta sequência e com o objetivo de responder a estas questões, os investigadores e os centros científicos envolvidos naquela iniciativa, a que se juntaram muitos outros, criaram, em Abril de 2015, a *Rede Internacional de Análise do Corporativismo e da Organização de Interesses: Passado e Presente* (NETCORPOI).

O presente dossier, que a *Espacio, Tiempo y Forma* acolhe neste número, é resultado já desta dinâmica. Integra o conjunto de publicações que editam os estudos apresentados em Janeiro de 2015, em Lisboa, e pretende recolocar na agenda da comunidade académica espanhola o estudo dos sistemas corporativos, quer discutindo doutrinas e ideologias que lhe serviram de suporte, quer observando os instrumentos da sua prática, entendida como «política efetiva» tantas vezes atravessada por «uma lógica aparentemente errática quanto à sua racionalidade

económica e social», como bem sublinhou Fernando Rosas na conferência que abriu aquela iniciativa.

Aqui apresentam-se seis artigos de investigadores espanhóis e portugueses que abordam, através de diferentes objetos de estudo, as razões do aparecimento do corporativismo contemporâneo, registando as suas origens, influências e correntes; o problema da representação política e da representação de interesses; as necessidades de resposta à chamada «questão social» e os dispositivos estruturantes das relações sociais, criados em concreto para o campo laboral. O primeiro texto, da autoria de Mariano García Canales, evoca a crise do liberalismo, generalizada por toda a Europa, desde finais do século XIX até começo da década de 1930, e os seus reflexos em Espanha, sobretudo durante a crise da Restauração. No centro da sua análise está o debate sobre a organização política do Estado, a diversidade de propostas da teoria política para tal questão, e quem foram os seus defensores e divulgadores. O quadro que traça esclarece como as soluções ditatoriais, que recorreram à utilização da ideia corporativa, deixaram de ser um recurso extremo e de exceção, passando a aspirar «ser sistema». Em seguida, pode ler-se o artigo de Ernesto Castro Leal, que, ocupando-se também dos debates sobre a questão da soberania e a organização dos poderes do Estado em Portugal, demonstra como a ideia da representação orgânica possuiu em Portugal um lastro largo, que alcançou expressão importante ainda durante a I República, em projetos constitucionais e programas políticos. A sua sustentação partiu de sectores monárquicos, católicos e liberais, de matriz republicana e socialista, e abriu caminhos para as soluções adotadas pelo *Estado Novo* quanto ao sistema político. O posicionamento destas mesmas forças políticas no momento de constitucionalização do regime autoritário português pode ser, de certo modo, acompanhado através da leitura do texto de Paula Borges Santos. Aferindo como se procedeu à compatibilização entre posições estadualistas e antiestadualistas, organicistas e liberais, aí se defende que o sistema político erigido pela ditadura de Salazar não exigiu em exclusivo a representação orgânica dos interesses organizados no Estado e conservou vários elementos típicos da representação política liberal. Tal atribui-se ao facto da ideia corporativa inscrita na Constituição de 1933 ter possuído um carácter genérico, sem correspondência específica e concreta com determinados posicionamentos políticos ou ideológicos. O nexu de união que permitiu fixar entre diferentes projetos sociais, políticos e ideológicos, foi sobretudo negativo: a de uma eventual aliança contra inimigos comuns, como eram o individualismo e o parlamentarismo. As ambiguidades que pesaram sobre a eleição, por sufrágio orgânico, dos órgãos autárquicos, são trabalhadas por António Rafael Amaro, que identifica os instrumentos de controle utilizados pelo Governo para retirar importância política àquele sufrágio e condicionar a representação dos municípios. As contradições presentes na reforma que realizou uma nova demarcação do território, e o debate entre adeptos da centralização e da descentralização, são também explorados. O modelo de representação política instituído em Espanha, durante o franquismo,

é estudado por Miguel Ángel Giménez Martínez, que alude também aos sistemas incrementados durante a ditadura de Primo de Rivera e à experiência da II República. Descrevendo os antecedentes ideológicos que fomentaram a opção pela realização de uma «democracia orgânica», o autor explica o seu significado para Franco e periodiza a sua implementação em duas fases. Uma primeira, entre 1942 e 1967, marcada por grande controlo governamental da representação nas Cortes; uma segunda, decorrida entre 1967 e 1977, onde se assiste a importantes transformações na composição e funções da câmara política, mais favoráveis à sua autonomia política. São também apontadas as fraquezas e limites das estratégias tentadas nesses dois períodos, com destaque para as dinâmicas suscitadas, nos últimos anos do regime, pela introdução da representação familiar e do reconhecimento de associações políticas. Por fim, Miguel Ángel Perfecto apresenta a política económica do primeiro franquismo, considerando que sofreu forte influência da Itália fascista e da Alemanha hitleriana. Destaca como a política agrária envolveu a maioria dos esforços económicos nos primeiros dez anos do regime, sendo dada prioridade à reconstrução das zonas rurais sobre as áreas urbanas e à colonização interna de terras, procedendo-se ainda à devolução de terrenos expropriados pelo Instituto de Reforma Agraria republicano. Outro aspeto fundamental dessa política agrária foi o controlo do campesinato por via de organizações sindicais de pertença obrigatória. Registando as principais críticas às soluções incrementadas e tensões entre a Falange e as estruturas da Igreja Católica nos esforços de enquadramento dos trabalhadores rurais, o autor ocupa-se ainda da caracterização do modelo sindical estabelecido. Aí problematiza vários aspetos como: valores convocados e horizontes de justiça social, as dimensões corporativa e estatista dos projetos implantados.

No seu conjunto, estes artigos sublinham como o corporativismo se impôs em Espanha e Portugal enquanto «posição de combate», servindo à construção dos regimes ditatoriais, a partir da rejeição dos principais postulados políticos do sistema liberal parlamentar. Demonstram como o recurso a doutrinas organicistas, de diferentes origens e que há muito se haviam generalizado um pouco por toda a Europa, atualizadas por um reduzido número de doutrinários, facilitou o encontro de soluções alternativas, distintas nos dois países, para a organização dos poderes do Estado, a regulação da economia e o conflito entre classes. A especificidade dos mecanismos concretos acionados nos países ibéricos, como aqui se constata, ensina-nos – e isso é o mais relevante – que não é possível possuir visões unitárias de um fenómeno histórico, por mais que, neste caso, os homens que se reclamaram da ideia corporativa, e até aqueles que denunciaram esse projeto, tenham insistido em componentes ideológicas, organizativas e estratégicas idênticas, entre os chamados corporativismos históricos de Entre Guerras. Vários elementos, sugeridos nestes seis estudos, despertam para a necessidade de se continuar a analisar criticamente como a doutrina corporativa foi aplicada na vida política e na vida económica e social. Em jeito de sugestão para trabalhos

futuros, arrisca-se sugerir que, a partir dos resultados atuais das investigações neste tema, se procure indagar, por exemplo: se existiu ou não uma atualização da doutrina corporativa no pós II Guerra Mundial, em Espanha e Portugal (feita por quem, com que objetivos) e se esses novos pensamentos permitiram ou não uma abertura ao princípio pluralista, mais tarde realizado pelas democracias; que entendimentos possuíram os organismos corporativos sobre si próprios e sobre a sua relação com o Estado; que sistemas de relações políticas, económicas, culturais e, nalguns casos, até religiosos, criaram esses organismos; que significou a experiência dos corporativismos históricos no percurso do Estado moderno, de si fortemente intervencionista e dirigista; que atitudes, instituições, instrumentos gerados pelos sistemas corporativos se prolongaram após a instauração das democracias.

**Dossier: Paula Borges Santos (ed.),
Construindo o Estado Corporativo: as
experiências históricas de Portugal e Espanha**

15 PAULA BORGES SANTOS
Presentación Dossier

21 MARIANO GARCÍA CANALES
La democracia y el repliegue del individuo: organicismo
y corporativismo

37 ERNESTO CASTRO LEAL
Tradições organicistas: Ideias políticas e práticas de
representação na República Portuguesa (1910-1926)

59 PAULA BORGES SANTOS
O modelo político do estado autoritário português: a
ideia corporativa na constitucionalização do regime (1931-1933)

85 ANTÓNIO RAFAEL AMARO
O modelo político-administrativo do Estado Novo
português: corporativismo e representação política das
autarquias (1936-1959)

107 MIGUEL ÁNGEL GIMÉNEZ-MARTÍNEZ
La democracia orgánica: participación y
representación política en la España de Franco

131 MIGUEL ÁNGEL PERFECTO
El Nacional-Sindicalismo español como proyecto
económico-social

Miscelánea · Miscellany

165 JOSÉ M^A LORCA ALCALÁ
El impacto de la crisis del petróleo de 1973 en el
contexto económico español

181 JUAN CARLOS BERLINCHES BALBACID
Las depuraciones de funcionarios como elemento
de control político: el caso de Guadalajara

203 FRANCISCO JOSÉ ALFARO PÉREZ
Liberales españoles prisioneros en la Francia
absolutista de los Cien mil hijos de San Luís. El cautiverio de
Périgueux (1823-1824)

227 FRANCISCO JOSÉ ROSAL NADALES
“Patria” y “nación” en la cultura española
contemporánea y su presencia en las zarzuelas sobre la Guerra
de la Independencia (1847-1931)

247 PEDRO MARÍA EGEE BRUNO
Joaquín Pérez Salas: Entre la defensa del orden
republicano y la contrarrevolución (1936-1939)

279 M^A REYES CASADO GIL
El V Congreso de la CNT (8-16 diciembre de 1979)

297 NATASCHA SCHMOLLER EHLERS
El arte y la ayuda humanitaria suiza en el sur de
Francia (1939-1943)

Reseñas · Book Review

325 SERAPIGLIA, DANIELE: *La via portoghese al
corporativismo*. (CRISTINA RODRIGUES)

329 ROSAS FERNANDO Y GARRIDO, ÁLVARO
(coords.): *Corporativismo. Fascismos. Estado Novo*.
(DANIEL LANERO TÁBOAS)

335 JORDÀ FERNÁNDEZ, ANTONI: *Jordá, A.
Barcelona. Cròniques des de l' Ajuntament. La
Gasetta Municipal. 1914-2014*. (REMEDIOS MORÁN MARTÍN)

339 RUIZ CARNICER, MIGUEL: *Falange. Las culturas
políticas del fascismo en la España de Franco (1936-
1975)*. (JULIO GIL PECHARROMÁN)